

1 No dia 01 de junho de 2012, na sala de reuniões do andar térreo do Edifício Marie
2 Prendi Cruz, sito à SEPN 505 Lote 02 Bloco B, em Brasília-DF, foi realizada a 15ª
3 Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade, CONABIO. Estavam
4 presentes os seguintes membros da Comissão: Sr. **Roberto Brandão Cavalcanti**
5 (Presidente), Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente,
6 a Sra. **Daniela América Suarez de Oliveira** (titular), Sr. **Lídio Coradin** (suplente)
7 representantes do Ministério do Meio Ambiente – MMA; Sr. **Paulino Franco** (Titular) e
8 Sra. **Larissa Maria Lima Costa** (suplente) representantes do Ministério das Relações
9 Exteriores - MRE; Sr. **Kleber Santos** (titular) representante do Ministério da
10 Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; Sr. **David Conway Oren** (suplente),
11 representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI; Sra. **Claudia**
12 **Maria Correia de Mello** (titular) e Sra. **Maria Nilda Augusta Vieira Leite** (suplente),
13 representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
14 Renováveis - IBAMA; Sr. **Nélson Ananias Filho** (titular) e Sr. João Carlos de Petribu
15 de Carli Filho (suplente), representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do
16 Brasil - CNA; Sra. **Elisa Romano Dezolt** (suplente), representante da Confederação
17 Nacional da Indústria – CNI; Sra. **Raquel de Oliveira Alves** (suplente) e Sra. **Elisa**
18 **Monteiro Malafaia** (suplente) representantes do Ministério do Planejamento,
19 Orçamento e Gestão, o Sr. **Miguel Trefaut Urbano Rodrigues** (suplente), representante
20 da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. Os seguintes convidados
21 estiveram presentes: a Sra. **Patrícia Medeiros** do Ministério da Defesa – MD e o Sr.
22 **Sérgio Monforte** da Confederação Nacional da Indústria – CNI . Também esteve
23 presente nesta reunião a Sra. **Juliana Carvalho Frota Mattos** membro da Secretaria
24 Executiva da CONABIO. A pauta da reunião compreendeu os seguintes itens: 1.
25 ABERTURA; 2. APROVAÇÃO DA PAUTA; 3. ASSUNTOS PARA DISCUSSÃO; 3.1.
26 Resultados do processo de consulta à sociedade para definição das metas nacionais de
27 Aichi, após a reunião final dos “Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a estratégia
28 brasileira para 2020”; 4. ENCERRAMENTO. O Sr. **Roberto Cavalcanti** iniciou a
29 reunião às 14h30, saudou os membros presentes e informou que, conforme solicitação
30 feita na 47ª Reunião Ordinária, será discutido nesta reunião os resultados do processo de
31 consulta à sociedade sobre as metas nacionais de Aichi, após a reunião final dos
32 “Diálogos sobre Biodiversidade”. A Sra. **Elisa Malafaia** esclareceu que o Ministério do
33 Planejamento não participou do processo com a sociedade civil. Informou que o
34 Ministério do Planejamento está trabalhando junto ao Ministério do Meio Ambiente,
35 internamente, no diagnóstico sobre a perda da biodiversidade no Brasil. O Sr. **Roberto**
36 **Cavalcanti** informou que ocorreu consenso em quase todas as metas, porém, existem
37 redações alternativas. O Sr. **Nelson Ananias** e o Sr. **Kleber Santos** ressaltaram suas
38 preocupações sobre a meta relacionada a Áreas Protegidas, solicitando que sejam
39 incluídas consideradas como áreas protegidas as áreas ocupadas por Áreas de
40 Preservação Permanente e Reserva Legal, previstas no Código Florestal, e não apenas as
41 áreas de Unidades de Conservação. O Sr. **Paulino Franco de Carvalho** esclareceu que
42 o compromisso do Brasil junto à Convenção sobre Diversidade Biológica é apresentar
43 as metas nacionais para 2020 durante a COP 11, como a contribuição brasileira ao
44 atingimento das metas de Aichi. O Sr. **David Conway Oren** colocou que existe um
45 lacuna em termos de uma meta para o conhecimento sobre biodiversidade, pois não há
46 nenhuma meta específica sobre Coleções Biológicas. O Sr. **Miguel Trefaut** concordou
47 com o Sr. David Oren e sugeriu inserir as Coleções Biológicas na Meta Nacional 19,
48 com o seguinte texto: “até 2017 as coleções científicas biológicas deverão estar
49 capacitadas e a compilação completa dos registros já existentes da fauna, flora,
50 microbiota, aquáticas e terrestres estará finalizada e disponibilizada em base de dados

51 permanentes e de livre acesso, resguardadas as especificidades, com vistas à
52 preservação dos acervos e a identificação das lacunas do conhecimento nos biomas e
53 grupos taxonômicos”. O Sr. **Kleber Santos** solicitou que constasse em Ata que: “o
54 Ministério da Agricultura registra a preocupação com relação à carência de avaliação
55 técnica sobre os impactos sociais e socioeconômicos decorrentes da aplicação das metas
56 e com a falta de clareza sobre a política e as diretrizes de implementação dessas metas”.
57 O Sr. **Roberto Cavalcanti** solicitou à Sra. Daniela Oliveira que conduzisse a reunião. A
58 Sra. **Daniela Oliveira** conduziu a reunião fazendo a leitura de cada meta para que os
59 membros se posicionem com relação às vulnerabilidades que possam existir em cada
60 proposta. A Sra. **Daniela** realizou a leitura da primeira meta nacional. “Até 2020, no
61 mais tardar, a população brasileira terá conhecimento dos valores da biodiversidade e
62 das medidas que poderá tomar para conservá-la e utilizá-la de forma sustentável”. A
63 Sra. **Elisa Malafaia** colocou sua preocupação com relação à linha de base e
64 conhecimento da população brasileira sobre biodiversidade. O Sr. **Paulino Franco**
65 corroborou dizendo que a questão sobre a linha de base é um assunto muito debatido no
66 âmbito da Convenção de Biodiversidade. A Sra. **Daniela Oliveira** informou que em
67 2006 foi divulgado o resultado de uma pesquisa sobre o conhecimento do brasileiro
68 sobre a biodiversidade “O que o Brasileiro pensa sobre a biodiversidade?”. A Sra.
69 **Daniela Oliveira** passou para a segunda meta nacional. “Até 2020, no mais tardar, a
70 valorização da biodiversidade e serviços ecossistêmicos terá mecanismos consolidados e
71 integrados às estratégias nacionais e locais de desenvolvimento e erradicação da pobreza
72 e redução da desigualdade, e em procedimentos de planejamento, sendo incorporados
73 em contas nacionais, conforme o caso, e sistemas de relatoria”. A Sra. **Elisa Malafaia**
74 colocou que já havia feito uma reunião com o IBGE para saber qual a perspectiva de se
75 atender essa meta. O IBGE respondeu que esse é um projeto de longo prazo, e que o
76 primeiro passo para inserir nas Contas Nacionais os valores da biodiversidade está
77 sendo feito com a inserção da água. Esta informação foi anunciada pela Ministra dentro
78 do Informe do Pacto das Águas que é uma parceria da ANA com IBGE. Informou que
79 será necessário fazer uma consulta ao IBGE para verificar ser até 2020 essa meta é
80 atingível. A Sra. **Daniela Oliveira** passou para a terceira meta nacional. “Até 2020, no
81 mais tardar, incentivos lesivos à biodiversidade, inclusive os chamados subsídios
82 perversos, terão sido eliminados ou reformados visando minimizar ou evitar impactos
83 negativos. Incentivos positivos para a conservação e uso sustentável de biodiversidade
84 terão sido elaborados e aplicados, de forma consistente e em conformidade com a CDB
85 e outros compromissos internacionais relevantes, levando em conta condições
86 socioeconômicas nacionais.”. A Sra. **Elisa Malafaia** sugeriu retirar a palavra
87 ‘eliminados’ porém manter a palavra ‘reformados’. O Sr. **João Carlos di Carli**
88 concordou com a retirada da palavra ‘eliminados’. O Sr. **Paulino Franco de Carvalho**
89 colocou que esta é uma meta genérica, e suficientemente ampla que oferece várias
90 possibilidades. A Sra. **Daniela Oliveira** passou para a proposta de meta nacional 4.
91 “Até 2020, no mais tardar, governos, setor privado e grupos de interesse em todos os
92 níveis terão implementado planos de produção e consumo sustentáveis e terão
93 conseguido [restringir] [mitigar ou evitar] os impactos negativos da utilização de
94 recursos naturais [dentro de limites ecológicos seguros].”. O texto acordado entre os
95 membros da Conabio para a meta nacional 4 foi da Nova proposta 3: “Até 2020, no
96 mais tardar, governos, setor privado e grupos de interesse em todos os níveis terão
97 implementado planos de produção e consumo sustentáveis e terão conseguido mitigar
98 ou evitar os impactos negativos da utilização de recursos naturais”. A Sra. **Daniela**
99 **Oliveira** passou para a proposta de meta nacional 5. “**Proposta 1:** Até 2020 o país terá
100 reduzido a zero a taxa de perda, degradação e fragmentação de todos os ambientes

101 nativos terrestres, de águas continentais, costeiros e marinhos por ação ilegal,
102 priorizando os territórios de comunidades tradicionais e povos indígenas, e seu entorno.
103 **Proposta 2:** Até 2015, o país terá reduzido a zero a taxa de perda, degradação e
104 fragmentação de todos os ambientes nativos por ação ilegal, e até 2020 a taxa de perda
105 de ambientes nativos será reduzida em pelo menos 50 % (em relação às taxas de 2009)
106 e, na medida do possível, levada a perto de zero e a degradação e fragmentação terão
107 sido reduzidas significativamente em todos os biomas, priorizando os territórios de
108 comunidades tradicionais e povos Indígenas, e seu entorno. **Proposta 3:** Até 2020 o país
109 terá reduzido a zero a taxa de perda, degradação e fragmentação de todos os ambientes
110 nativos por ação ilegal, e atingido a taxa de 100% de redução de perda de ambientes
111 naturais terrestres e de águas continentais na Mata Atlântica; de 90% na Amazônia e de
112 80% no Pampa, Cerrado, Caatinga e Pantanal, bem como alcançado a taxa de 100% de
113 redução da perda de ambientes costeiros e marinhos (em relação às taxas de 2009).”. A
114 Sra. **Elisa Malafaia** sugeriu manter o texto original da Meta de Aichi. O Sr. **João**
115 **Carlos di Carli** defendeu o texto da Proposta 1. O Sr. **Miguel Trefaut** sugeriu retirar
116 do texto a expressão ‘por ação ilegal’ do texto da proposta 2. O Sr. **Paulino Franco de**
117 **Carvalho** sugeriu manter a o texto da proposta 2, retirando a primeira frase até ‘por
118 ação ilegal’ e manter o restante. A Sra. **Claudia de Mello** sugeriu não priorizar e
119 colocar um ponto final até a palavra ‘bioma’. O texto que a maioria dos membros
120 acordou, com exceção do Sr. Carlos di Carli (CNA) que defendeu o texto da proposta 1,
121 foi a da proposta 2 com a seguinte redação : “até 2020 a taxa de perda de ambientes
122 nativos será reduzida em pelo menos 50% (em relação às taxas de 2009) e, na medida
123 do possível, levada a perto de zero e a degradação e fragmentação terão sido reduzidas
124 significativamente em todos os biomas”. A Sra. **Daniela Oliveira** passou para a
125 proposta de meta nacional 6. “Até 2020, o manejo e captura de quaisquer estoques de
126 vertebrados, invertebrados e plantas aquáticas serão sustentáveis e feitos com aplicação
127 de abordagens ecossistêmicas, de modo a evitar a sobreexploração, colocar em prática
128 planos e medidas de recuperação para espécies exauridas, fazer com que a pesca não
129 tenha impactos adversos significativos sobre espécies ameaçadas e ecossistemas
130 vulneráveis, e fazer com que os impactos da pesca sobre estoques, espécies e
131 ecossistemas permaneçam dentro de limites ecológicos seguros [quando
132 estabelecidos].” A Sra. **Maria Nilda Leite** esclareceu que a questão sobre “impactos
133 significativos” se refere às espécies ameaçadas e ecossistemas vulneráveis a
134 determinados tipos de pescaria. O Sr. **Paulino Franco de Carvalho** sugeriu ouvir a
135 opinião do Ministério da Pesca. O Sr. **João Carlos di Carli** colocou que existe a Lei
136 11.958/2009 e que este texto está como competência do Ministério da Pesca. O Sr.
137 **Sérgio Monforte** sugeriu um novo texto para esta meta proposto pela CNI: “até 2020
138 seja garantida a sustentabilidade e legalidade do manejo e captura de quaisquer estoques
139 de peixes, vertebrados, répteis e plantas aquáticas feitos com aplicação de abordagens
140 ecossistêmicas de modo a evitar a sobre exploração, além de estabelecer medidas de
141 recuperação das espécies que se encontram em risco”. A Sra. **Daniela Oliveira** passou
142 para a proposta de Meta Nacional 7. “Até 2020, as áreas utilizadas para agricultura,
143 pecuária, aquicultura, silvicultura, extrativismo, manejo florestal e da fauna serão
144 utilizadas de forma sustentável, visando assegurar a conservação da biodiversidade nas
145 áreas produtivas [e no seu entorno], principalmente garantindo a conectividade da
146 paisagem.” O Sr. **Kleber dos Santos** sugeriu retirar a expressão ‘e no seu entorno’. O
147 Sr. **David Oren** propôs manter a tradução do texto original da Meta de Aichi. O Sr.
148 **João Carlos di Carli** da CNA propôs a seguinte redação: “Criar e fortalecer políticas
149 públicas que favoreçam a atividade de manejo florestal sustentável de florestas nativas,
150 manejo florestal sustentável de florestas plantadas e boas práticas agropecuárias e

151 aquícolas que favoreçam a produção e o uso sustentável dos recursos naturais”. O Sr.
152 **Roberto Cavalcanti** colocou que o texto deve ser consistente com a Meta de Aichi. A
153 Sra. **Maria Nilda** sugeriu o seguinte texto: “Até 2020, as áreas utilizadas para
154 agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura, extrativismo, manejo florestal, e da fauna
155 serão utilizadas de forma sustentável, visando assegurar a conservação da
156 biodiversidade”. A Sra. **Daniela Oliveira** passou para a proposta de Meta Nacional 8.
157 “Até 2020, a poluição, inclusive resultante de excesso de nutrientes, terá sido reduzida a
158 níveis não prejudiciais ao funcionamento de ecossistemas e da biodiversidade”. O texto
159 foi aprovado como proposta para meta nacional pelos membros da Conabio. A Sra.
160 **Daniela Oliveira** passou para a proposta de Meta Nacional 9. “Até 2020, a Estratégia
161 Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras deverá estar totalmente implementada, com
162 participação e comprometimento dos estados e com a formulação de uma Política
163 Nacional, garantindo o diagnóstico continuado e atualizado das espécies e a efetividade
164 dos Planos de Ação de Prevenção, Contenção, Controle [priorizando as bioinvasões
165 mais críticas ou que ocorrem em UCs].”. O Sr. **João Carlos di Carli** sugeriu colocar
166 um ponto final após a palavra ‘controle’. O Sr. **Roberto Cavalcanti** ressaltou que essa
167 meta está visando atender à Convenção da Biodiversidade. A Sra. **Daniela Oliveira**
168 agradeceu a presença de todos os membros e propôs dar continuidade na avaliação das
169 metas nacionais na próxima reunião e encerrou a reunião às 18:00 horas. Por solicitação
170 do Presidente, eu, Juliana C. F. Mattos lavrei esta Ata.

171

172

173

174 _____
Secretária Executiva_____
Presidente da CONABIO